

Descubra como boicotar o ENADE

1. Confira na sua faculdade se você foi selecionado para a prova.
2. Procure seu Centro Acadêmico ou entidade equivalente para estudar os documentos mais importantes sobre o Exame. Você encontra quase todos no site do INEP, no Manual do ENADE.
3. Reproduza essa cartilha ou outros materiais e compartilhe com seus colegas.
4. Organize uma Assembléia de Estudantes do seu curso, para deliberar pela realização (ou não) do Boicote. Lembre-se de que o boicote só é válido quando feito pelo máximo de estudantes, para que seu curso não fique com uma nota intermediária e que demonstre seu ato político.
5. Compareça pontualmente ao local da prova.
6. Assine a lista de presença, cole seus adesivos ou escreva "Boicote ao ENADE! Por uma avaliação de verdade". Entregue a prova em branco.
7. Organize um documento que publicize a posição política adotada pelo seu grupo de estudantes e entregue para seus professores, Reitor e se possível, estenda à comunidade (jornais, cartas públicas).

Essa cartilha foi organizada pelo Fórum Nacional de Executivas e Federações de Curso (FENEX). Os artigos que fundamentaram a composição destes textos fazem parte da extensa legislação sobre o SINAES/ENADE e também dos materiais produzidos pelo movimento estudantil e profissional. A elaboração dessa cartilha foi baseada em contribuições da Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia (CONEP) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS).

ENADE

Por que os estudantes boicotam esse exame?



**UM BOICOTE AO ENADE
INCOMODA MUITO MAIS**

**POR UMA AVALIAÇÃO DE VERDADE!
CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
E ESSA REFORMA UNIVERSITÁRIA!**

Uma contribuição do:

FENEX | Fórum Nacional de Executivas e Federações de Curso

Enade e a Reforma Universitária

A Educação Pública hoje explicita a necessidade de mudanças estruturais progressistas, novas concepções pedagógicas, filosóficas e políticas que estejam de acordo com a construção de uma sociedade livre de desigualdades, exclusão e opressões.

Vivemos no Brasil um processo de reformas com claro caráter neoliberal. Isso significa que as políticas que vêm sendo criadas no nosso país têm um caráter privatista, que retiram do Estado as suas responsabilidades. Através de políticas públicas, o Estado deveria garantir a todos o acesso a direitos básicos como educação, saúde, segurança, trabalho, moradia, assistência social etc. A privatização de leitos em hospitais públicos, as reações violentas à ocupações urbanas, fileiras enormes de desempregados que tem que se sujeitar a péssimas condições de trabalho; são apenas alguns exemplos do que vivemos hoje.

Na Educação Superior, a história não é diferente. O Reuni (Reforma Universitária) é um pacote de leis e medidas provisórias, que pretende retirar do Estado a responsabilidade de garantir a Educação acessível e de qualidade, transformando-a, portanto, em mero produto a ser negociado dentro do âmbito privado. A estratégia encontrada pelo Governo Federal pra que essa Reforma fosse aprovada foi desmembrá-la em vários projetos de lei, medidas provisórias e

decretos-lei. Isso desarticulou os movimentos sociais da Educação (inclusive o movimento estudantil), que não têm um 'inimigo' único a combater. Mesmo assim, em diversas escolas os estudantes resistiram, ocupando mais de 15 reitorias em 2007.

O primeiro passo dessa Reforma Universitária foi a aprovação de um sistema de avaliação que fosse nacional, o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Entendemos que avaliações são necessárias, mas este Sistema nasceu dentro de uma lógica de Estado baseada no ranqueamento de Instituições e estudantes, premiações, punições e privatização das Universidades. O pior em tudo isso é a compreensão de que a Educação é uma mercadoria, que pode ser comprada e vendida ao invés de ser um instrumento para a compreensão da sociedade e suas estruturas sociais, para emancipar e tornar livre o ser humano.

Após a aprovação do Sinaes, continua Reforma Universitária. Como um dos pilares desses processos, surge o Projeto de Lei que regulamenta as PPP – Parcerias Público-Privadas, trazendo uma maléfica ligação entre esses setores aparentemente antagônicos. Também nesse contexto o governo e o senado federal apresentam a Lei de Inovações Tecnológicas, que alia as pesquisas realizadas nas nossas Universidades aos interesses privados de empresas e indústrias

(por exemplo, um curso de Engenharia Química de uma Federal que desenvolva temperos diferentes pra salgadinhos da marca X, ou então cursos de Ciências Biomédicas que produzem fórmulas para indústrias farmacêuticas).

Outro projeto que compõe essa Reforma é o ProUni – Programa Universidade para Todos, que injeta verbas públicas nas escolas privadas com a justificativa de ocupação de vagas ociosas com bolsas para estudantes de baixa renda. A assistência estudantil, composta por uma série de medidas como moradias estudantis, bibliotecas, bolsas alimentação, assistência para xerox, transporte não estão incluídas na bolsa do estudante. Assim, não é garantida a permanência desses estudantes na Universidade. O índice de evasão dos alunos prounistas é muito alto.

Além dos aspectos já expostos, o Prouni significa verba pública para a iniciativa privada. De acordo com estudos feitos pelo ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, somando-se o investimento federal feito na "compra" dessas vagas ociosas, mais o valor da isenção fiscal que essas Universidades recebem, a relação de vagas criadas

é: três vagas em Universidades públicas contra uma vaga na Universidade particular.

A última proposição do Governo acerca da Reforma foi o Decreto-Lei 6.096/07, o REUNI – Programa de Apoio Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. O REUNI condiciona a concessão de verba pública destinada à expansão das Instituições a algumas metas que devem ser atingidas, como o aumento da relação estudante/professor para 18/1 e a graduação de 90% dos estudantes ingressantes podem parecer ótimos balizadores para a atuação das Universidades. Porém, dentro da realidade concreta de sucateamento da Educação que vivenciamos, tornam-se prerrogativas para um inchaço que vem, como percebemos cotidianamente, trazendo inúmeros problemas.

Entender que o ENADE faz parte de um sistema muito maior de desmonte da Educação Superior é importante para não vermos o Exame de forma pontual, descontextualizada. Lutar contra essa Reforma Universitária é importante para que possamos reverter a lógica de privatização e de mercantilização da Educação.



SINAES e sua história

Para que entendamos melhor o movimento histórico que deu origem ao SINAES, vamos acompanhar um pouco outros sistemas de avaliação implantados antes dele.

A primeira forma de avaliação das Universidades brasileiras foi organizada durante o Governo Itamar Franco (1992-1994), com o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Construído em parceria com várias entidades ligadas à comunidade acadêmica (como Fóruns de Reitores, Pró-Reitores, Professores e pesquisadores especialistas em avaliação institucional), o PAIUB tinha como premissas a avaliação interna, externa e a reavaliação, contando com a adesão voluntária das Instituições de Ensino.

Com a posse de Paulo Renato no Ministério da Educação, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), o PAIUB, que tinha alguns problemas metodológicos – como a flexibilização para a escolha dos métodos a serem utilizados no processo de avaliação interna – foi superado pela posição neoliberal deste Governo Federal. A premissa de uma avaliação transformadora foi abandonada. Ela agora se sustenta pela concorrência, capaz de conferir competência às instituições de Ensino Superior.

É nessa lógica que nasce o ENC – Exame Nacional de Cursos, chamado também de Provão. O exame era aplicado aos estudantes concluintes do curso, avaliados

com resultados de A a E. Os cursos mal avaliados recebiam retaliações, o que demonstra claramente a noção punitiva que era conferida ao Provão. Os movimentos sociais da Educação denunciavam a estruturação do exame, que dava conta apenas do produto da formação acadêmica, pouco se importando com o processo em que ela se deu. Esses movimentos contestatórios (especialmente o movimento estudantil) reagiram fortemente, organizando discussões e Boicotes ao Provão nas entidades e grupos de estudantes.

Junto ao Provão, foi criada a ACO – Avaliação das Condições de Oferta, que pretendia analisar a organização didático-pedagógica, o corpo docente e as instalações e, na prática, veio complementar o ranqueamento iniciado pelo Provão. Ou seja: a mesma tática de estimular a competitividade e de forte apelo midiático. Além disso, a ACO repete do Provão o desrespeito às especificidades regionais e à autonomia universitária, ao impor um modelo único de avaliação para o país inteiro.

A partir da primeira Gestão Lula (2003-2006), o então Ministro da Educação, Cristóvam Buarque, convoca uma comissão de especialistas para elaborar um projeto novo de avaliação institucional para o Ensino Superior. Então, nasce o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que persiste no segundo mandato de Lula (2007-2009) e existe até hoje.

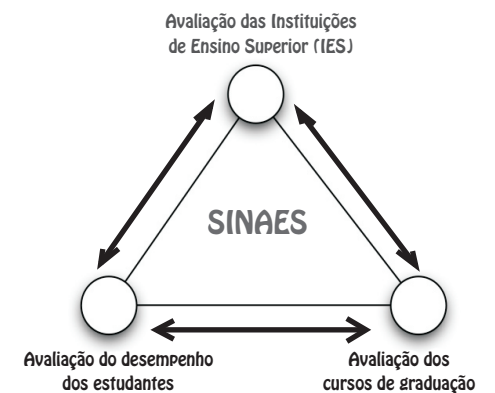
Como funciona o SINAES

O SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, assim como toda avaliação, traz uma concepção de organização social e, sendo uma avaliação da Educação Superior, traz uma ideia de Universidade. Essa concepção é revestida pelas políticas neoliberais que sustentam a mercantilização da educação, contraditória à posição de uma Universidade capaz de questionar a si mesma, aos sistemas sociais e de superar suas contradições. Mas como a gente consegue observar isso? Entendendo como funciona esse processo avaliativo e por que ele é feito.

CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação)

Essa avaliação busca sustentar o discurso numa participação coletiva do processo. Para isso, institui-se uma Comissão Nacional de Avaliação da Educação (CONAES) composta por representantes dos órgãos governamentais, especialistas “iluminados” das áreas de conhecimento e tem garantida a presença de um representante discente, docente e técnico-administrativo (Lei No 10.861, Art. 7º). Mas, você sabe quem é seu representante, enquanto estudante? Sabe quem o elegeu? Todos esses representantes são nomeados pelo Presidente da República, demarcando a contradição da participação democrática na construção do processo avaliativo.

Essa comissão tem plenos poderes decisórios sobre as questões burocráticas, pedagógicas e metodológicas da avaliação do ensino superior, sendo, portanto, responsável pela instituição e aplicação dos instrumentos avaliativos do SINAES. O processo avaliativo proposto pelo SINAES se sustenta num tripé:



1. Avaliação das instituições

Esta avaliação é subdividida em duas etapas:

a) Auto-avaliação:

É um avanço pedagógico buscar uma avaliação interna que busque compreender o processo de ensino aprendizagem direto na base. Porém essa auto-avaliação não é feita com autonomia, pois segue critérios arbitrários estabelecidos pela CONAES. Uma Comissão Própria de Avaliação deve ser formada (Portaria 2.051, Art 10o) para seguir os procedimentos estabelecidos

pela CONAES. Nenhuma diretriz para esses procedimentos aparecem na lei e nas portarias. Basicamente, seu trabalho é construir um instrumento de avaliação e auto avaliá-lo.

b) Avaliação externa in loco:

Comissões Externas de Avaliação Institucional são designadas pelo INEP (Portaria no 2.051, Art.13o) para fazer essa avaliação, após a auto-avaliação. Não é possível compreender os critérios avaliados, havendo uma total autonomia dessas comissões e a inexistência de orientação metodológica para as avaliações.

2. Avaliação dos cursos de graduação

Essa etapa tem como objetivo identificar as condições de ensino, relativas à organização didático-pedagógica, corpo social e instalações físicas, verificar a articulação entre Plano de desenvolvimento Institucional - PDI, Projeto Pedagógico de Curso - PPC, currículo, vocação institucional e inserção regional e analisar a aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs. É realizada por Comissões Externas de Avaliação de Cursos - Comissão de Avaliadores da B A S i s, formadas por especialistas designados e treinados pelo INEP. As únicas informações a que realmente podemos ter acesso é a data da visita e composição dessa comissão, além do cronograma de atividades dessa comissão,

pois todas essas informações devem ser repassadas para os coordenadores de curso.

3. Avaliação dos Estudantes

O ENADE - Avaliação Nacional do Desempenho dos Estudantes, é uma prova de fase única, nacional e ineficaz enquanto instrumento avaliativo. Ela busca avaliar formação geral, competências profissionais e habilidades acadêmicas dos estudantes. A prova tem duração de 4 horas, constando 10 questões (8 múltipla escolha e 2 discursivas) de Formação Geral e 30 questões (27 múltipla escolha e 3 discursivas) específicas do curso avaliado.

Como é construído o conceito?

Os conceitos do ENADE variam de 1 a 5, sendo obtidos a partir de um cálculo estatístico e padronização da nota geral dos estudantes de um determinado curso, instituição e município. São também utilizadas para o cálculo as médias dos resultados dos estudantes ingressantes e concluintes. O curso ficará sem conceito se apenas um estudante ingressante e/ou um estudante concluinte realizar a prova, pois feriria com a impossibilidade de divulgar notas individuais. Caso não haja nenhuma prova feita, o curso é excluído da divulgação. Os critérios de participação das notas nos conceitos de cursos e instituições ainda não foram divulgados.

SINAES por ele mesmo

Gostaríamos de demarcar nossa concepção de que qualquer avaliação é política. Em que sentido? Acreditamos que elas nunca são neutras, que reproduzem uma visão de mundo e trazem concepções claras sobre a Educação e sobre a sociedade, sempre existindo um para quem e um para quem. Avaliações não apresentam simplesmente aspectos neutros, técnicos e metodológicos.

No sistema capitalista, a Educação é importante, mas não pelo seu caráter emancipador, libertador e transformador, mas por representar possibilidades de ascensão social, ganhos individuais e capitalização de recursos. Nessa lógica, as instituições de Educação devem produzir conhecimentos úteis e rentáveis como condição para sua sobrevivência no mercado educacional.

A avaliação, dentro dessa compreensão de Educação, se serve como medida e controle do que se espera desse processo na lógica neoliberal em que a Educação está calcada. No nosso sistema, o SINAES se serve como uma espécie de 'Inmetro das Universidades' e o estudante assume um papel de cliente, consumidor de um produto, orientado pela relação custo/benefício que as Instituições oferecem.

Entendemos as avaliações como partes de grande importância do processo de formação. A análise diagnóstica deve se pautar pelo projeto político-pedagógico, por condições estruturais de

Ensino, Pesquisa e Extensão, pela relação ensino-aprendizagem, pelos os quadros de docentes, técnicos administrativos, diretrizes curriculares, ênfases de curso, e especialmente por avaliar se os estudantes têm a possibilidade de construir um projeto de sociedade que supere o sistema em que vivemos. Entretanto, o SINAES não se pretende avaliar dessa forma o Ensino Superior.

Esse Sistema de Avaliação aprofunda aspectos que historicamente foram rechaçados pelo movimento estudantil e pelos movimentos sociais da Educação, como:

1. Ranqueamento

No SINAES, o desempenho dos estudantes no ENADE é expresso por conceitos "ordenados numa escala com cinco níveis", assim como o desempenho das Instituições e cursos. Assim, os resultados do ENADE são utilizados como propaganda para o mercado (quem nunca viu um informe comercial de 'Venha estudar conosco. Tiramos nota máxima no ENADE?'). Isso demonstra uma concepção produtivista do ensino em detrimento do seu papel social. É certo para todos nós que uma nota de 1 a 5 não resolve em nada a situação das nossas Universidades. É como um médico dizer pra um paciente que ele está com a saúde nota '1', mas não especifica qual é a doença nem as formas de curá-la. Sabemos que o financiamento às Instituições de Ensino é bastante

orientado pelo resultado do ENADE. No entanto, as Universidades bem avaliadas recebem mais incentivos do que as que não foram tão bem. É como um médico que dá remédios a uma pessoa saudável e não à que está morrendo com alguma doença grave.

O que tem acontecido bastante é o estímulo das Instituições de Ensino aos estudantes, para que estes desempenhem as melhores atuações possíveis no ENADE. Esse estímulo vem desde entusiasmadas ou ameaçadoras falas nas salas de aula, até churrascos, sorteios de iPods e premiações desse tipo e principalmente da formação em cursinhos preparatórios para o ENADE, o que denota ainda mais a fragilidade desse método avaliativo.

2. Caráter não só obrigatório, como punitivo

Como dissemos antes, o SINAES penaliza os cursos mal-avaliados e que não conseguem se recuperar de acordo com o Protocolo de Compromisso (um termo de responsabilidade assinado pela Instituição que garante que ela vai dar um jeito nos problemas que apresentou). O que pega mal é que o Estado não diz de forma alguma como a superação dos problemas deve se dar, como se não tivesse responsabilidade alguma com isso. Ele assume, portanto, um papel de observador-regulador e não de garantia de formas para que a Educação se desenvolva no nosso país.

Além de tudo isso, a realização do Exame é componente curricular obrigatório para o estudante. Dessa maneira, o estudante convocado deve estar presente na prova (boicotando-a, de preferência, hehe), caso contrário seu histórico escolar estará irregular.

3. Centralização e desrespeito às características regionais

Mesmo que orientado pela Lei de Diretrizes e Bases, que organiza de forma geral o ensino dos cursos de graduação, a prova do ENADE é única para todos os estudantes do Brasil inteiro. Desse modo, desconsidera as particularidades sociais, políticas, econômicas e culturais entre as diversas regiões brasileiras. Entendemos que o ensino dos diferentes cursos se dá de forma diferente e que a pluralidade e

diversidade devem ser, além de respeitados, valorizados. Defendemos a construção de uma ciência atenta às necessidades específicas da classe trabalhadora, mas que respeite as singularidades de cada local.

4. Premiação dos melhores colocados

O SINAES premia os estudantes que tiverem os melhores desempenhos no ENADE com bolsas de estudo (Lei 10.861, Art. 5, §8º e 10º). Além de avaliar individualmente cada estudante, reforça e acirra a competitividade entre estes e enfraquece propositalmente os movimentos contra-hegemônicos de Boicote, pois assim o candidato teria de escolher entre se posicionar politicamente contra o Exame ou concorrer a migalhas do

Governo (processo que fere a Constituição, que garante a isonomia entre os sujeitos – ou seja, a igualdade de direitos).

Qualidade, democracia e diversidade. Expressões que deveriam constar nos projetos de defesa das Universidades aparecem no SINAES como fragmentos aleatórios. “Respeito à diversidade” que não respeita a regionalidade, padronizando um exame único e nacional. “Promoção de valores democráticos” que cerceiam a autonomia universitária e dos movimentos sociais da Educação, com a composição do CONAES indicada pelo Presidente da República e não pelo próprio movimento de base. “Qualidade de Educação” submetida à lógica do “só os melhores sobrevivem” e orientada pela demanda de mercado: a melhor educação técnica possível.

O Boicote

O próximo ENADE será realizado no dia 08 de novembro de 2009.

Nesta data, nós, estudantes, temos a oportunidade histórica de mostrar à sociedade brasileira e ao Governo Federal que não ficaremos de braços cruzados frente à transformação de nossas Universidades em fábricas de diplomas. Convocamos, então, todos os estudantes que foram solicitados

a realizar o Exame a boicotar a prova, como forma de denúncia e luta contra a privatização e a desqualificação da Universidade Brasileira.

Mas o que é o boicote?

O boicote é um ato político que não legitima uma prova que não se refere à qualidade de ensino. Assim, o raciocínio correto é o inverso: quem faz o ENADE tem sua formação negligenciada, pois ele não atesta a real avaliação que a



comunidade universitária historicamente exige.

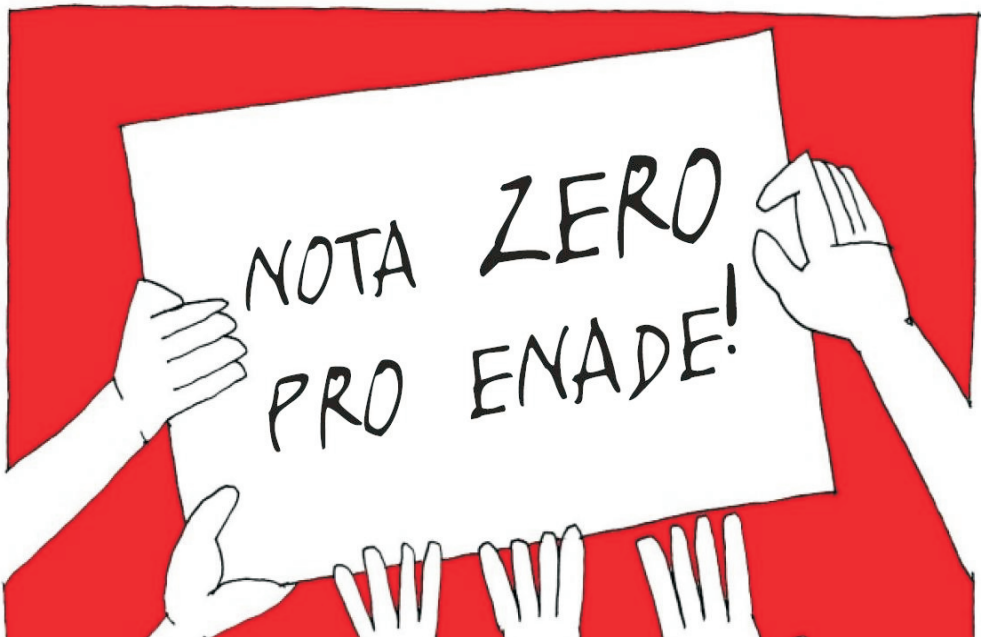
Contrário ao que por vezes se acredita, o boicote ao ENADE não significa não comparecer à prova, mas sim comparecer à prova pontualmente, assinar a lista de presença, não fazer a prova e entregá-la em branco, de preferência com o adesivo do boicote ou uma grande nota zero desenhada. Quem comparece à prova mas não a faz não é punido e ainda tem explicitada sua posição contrária a uma avaliação limítrofe.

O que acontece com quem boicota?

Somente os estudantes que não comparecem à prova - sem justificativa - são classificados como em situação irregular. Mas por quê? Conforme a Portaria nº 2.051, o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. O registro e a participação do estudante (selecionado ou dispensado da prova) são indispensáveis para a emissão de seu histórico escolar.

BOICOTE JÁ!

POR UMA AVALIAÇÃO DE VERDADE!



Portanto, é falsa a notícia de que quem boicota a prova tem seu diploma retido, ou tem sua nota divulgada no mesmo ou qualquer outra forma de punição. Os estudantes de Universidades Pagas não perdem suas eventuais bolsas PROUNI nem o FIES. Entretanto, de alguns anos para cá, visando acabar com o boicote ou outra organização contra o ENADE, o Governo Federal coloca em prática algumas medidas punitivas e repressivas, como cortar o FIES ou bolsas PROUNI da próxima turma a ingressar na Universidade, do curso específico a ser punido. Quem estuda em um curso ainda não reconhecido pelo MEC pode trazer problemas à sua Universidade, boicotando o ENADE. O curso pode não ser reconhecido se não tiver nota.

Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo estudante examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP (artigo 5º, inciso 9º da lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

Mas e nas Universidades Pagas, qual a consequência do boicote?!

O ENADE, bem como toda a estrutura do SINAES, mostra-se como um meio de submeter as Instituições de Ensino Superior a um projeto que transforma a educação em mercadoria, esfacelando o princípio da Universidade pública, gratuita e

de qualidade como um direito a todo e qualquer cidadão. E de que forma isto acontece? O Estado investe dinheiro público nas Universidades privadas, isentando essas Instituições de impostos, através da concessão de bolsas a estudantes que não têm condições de pagar seu estudo, em vez de garantir acesso a estes estudantes na Universidade pública (que lhe é, afinal, de direito). Como se não bastasse, juntamente com a indústria da Educação, faz um verdadeiro terror psicológico a estes estudantes que, fragilizados, muitas vezes se vêem na impossibilidade de exercer sua posição política (através do boicote ao ENADE) frente a mais uma mostra de sucateamento do Ensino Superior brasileiro. Essa grave perturbação moral e política ocorre, principalmente, com cortes do FIES (financiamento arrecadado de nossos impostos) ao setor privado e o ranqueamento e ridicularização das Universidades de nosso país, como se a qualidade e condição destas nada tivessem a ver com o Estado.

Esta realidade de destruição da Educação Superior brasileira de que nós estudantes compartilhamos, deve nos impulsionar à luta pela Universidade pública, gratuita e de qualidade para todos e todas. Precisamos manter nossos debates, construir críticas qualificadas e fazer valer uma luta que é conjunta - dos estudantes da Universidade pública e privada.